

Nota introdutória

O discurso argumentativo e as práticas sociais

Moisés de Lemos Martins*

Rui Grácio**

O presente número de *Comunicação e Sociedade* é dedicado ao tema *Comunicação, Argumentação e Retórica*. Reúne um conjunto de textos em que são abordadas problemáticas relativas ao discurso argumentativo e ao papel da retórica no seio das práticas sociais. Apenas dois artigos se situam fora deste núcleo principal de estudos. Num deles, Rafael Paes Henriques interroga o *modus operandi* do Jornalismo na execução da sua tarefa de traduzir o que acontece para produzir sentido. Num segundo artigo, Paulo Faustino debruça-se sobre o mercado dos *media* em Portugal, analisando dinâmicas e tendências.

Não obstante o declínio da força da palavra em detrimento de uma cultura da imagem em que predominam a mediação tecnológica e os efeitos de mediatização, o facto é que, desde o final dos anos cinquenta do século XX, o tema da argumentação e da retórica se foi progressivamente afirmando no panorama cultural, acabando por assumir a identidade académica de uma área de estudos específica, embora essencialmente interdisciplinar.

Os enfoques típicos da retórica estão essencialmente ligados às dimensões *pública, social, persuasiva e contextual*, que caracterizam o discurso humano em situações governadas pelos problemas da *contingência*, em que a premência da acção em tempo útil se encontra aliada à organização de recursos possíveis, incertos, mas que importa tornar credíveis. Quanto à argumentação, essa foi sendo teorizada como algo de omnipresente nos múltiplos usos da linguagem natural e das interações comunicativas.

O estado da arte das teorias da argumentação caracteriza-se pela existência de diversos paradigmas teóricos, de que se destacam os que se centram no funcionamento da língua, os que afirmam a solidariedade entre argumentação e discurso, os que põem a

* Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. moiseslmartins@gmail.com

** Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. rgracio@gmail.com

tónica em aspectos informais do raciocínio lógico, os que consideram que o contexto teórico adequado para o seu estudo é a comunicação e os que o inscrevem na pragmática discursiva. Apesar da diversidade de focalizações teóricas, os principais núcleos de investigação deste campo compreendem temas como os esquemas argumentativos, a tipologia de argumentos, as falácias e o problema da avaliação de argumentos, as estratégias argumentativas, o papel da razão, da imagem de si e das emoções no discurso, a articulação entre argumentação e racionalidade, a relevância dos elementos estilísticos do ponto de vista argumentativo, a análise de controvérsias e debates, a força persuasiva dos argumentos, a interacção interpessoal, as características da argumentação em campos específicos, a circulação social dos discursos, as comunidades argumentativas e as competências argumentativas.

Os artigos compilados neste número espelham esta diversidade de abordagens e cobrem aspectos que vão da definição e caracterização da argumentação ao problema dos critérios de avaliação postos em acção nas interacções argumentativas, passando pela função retórica do uso de metáforas, pelas molduras em que é preciso considerar a questão da força dos argumentos, pelo papel do *pathos* no desempenho social do discurso retórico-argumentativo, pelas configurações das práticas argumentativas no âmbito das novas tecnologias de comunicação, pela articulação entre persuasão, propaganda e democracia, pela representação social que os actores comuns têm do argumentar e pela discussão sobre pressupostos assumidos na teorização da argumentação.

A definição e a caracterização da argumentação tem sido uma das mais persistentes problemáticas deste campo de estudos e tem feito parte do seu desenvolvimento teórico. O texto de Wayne Brockriede, que abre este número da revista, debruça-se sobre a definição de argumentação substituindo a usual pergunta «o que é?» pela pergunta «onde está?» a argumentação. Esta inflexão representa a preferência por uma abordagem retórico-problemática da argumentação em detrimento de uma abordagem lógico-proposicionalista, ideia aliás reforçada pela afirmação de que a argumentação se situa na «zona média do *continuum* do mais ou menos de uma lógica variável, e não de uma lógica categorial». Neste texto Brockriede enumera características da argumentação que aglutinam planos que posteriormente serão discernidos pelos teorizadores da argumentação, a saber, a argumentação vista enquanto produto e a sua abordagem a partir da ideia de processo interactivo. Saliente-se, neste artigo, a aliança que o autor faz entre a argumentação, o problemático e a incerteza. Poder-se-ia dizer, para retomar uma ideia perelmaniana, que as argumentações se desenvolvem essencialmente em torno de noções e que estas, mais do que claras e evidentes, são vagas e obscuras. A necessidade da sua especificação é de ordem essencialmente sociopragmática, estando ligada às necessidades práticas da situação em que ocorre. Ora, uma das formas de configurar as noções no discurso corrente é justamente o uso das metáforas.

Pondo em evidência a omnipresença da metáfora no uso da linguagem natural, Tito Cardoso Cunha mostra, através do caso específico da argumentação política e da análise que Lakoff dela propõe, que as formas de raciocinar procedem de molduras metafóricas, de índole moral, as quais orientam e balizam retoricamente o pensável. Neste sentido, pode não apenas dizer-se que a metáfora é solidária da construção de «univer-

«sos mentais» como afirmar-se que a ruptura com estes implica produzir deslocamentos pela criação de novas metáforas. No jogo do discurso persuasivo em que se entrecruzam o *pathos*, o *logos* e o *ethos*, a racionalidade passa pois pela dominância de registos metafóricos que socialmente enformam os discursos de pressupostos valorativos sem os quais não se poderia perceber a questão da força dos argumentos.

É precisamente questionando a autonomia da força dos argumentos e alertando para a necessidade de se compreender a racionalidade argumentativa no âmbito mais amplo da racionalidade sociológica que Antónia do Carmo Barriga faz notar, na sequência de Bourdieu, que o poder chega «de fora» à linguagem. Neste sentido é ingénuo ver a argumentação sem ter em conta as relações de força simbólica que atravessam as interacções comunicativas. Esta ideia pode ser aplicada ao caso concreto da «opinião tornada pública» pelos colunistas, que dificilmente pode ser compreendido sem ter em conta a posição social do locutor e a dinâmica das relações de poder na influência retórica dos discursos argumentados.

Henrique Castellò Mayo, por sua vez, debruça-se sobre a conexão entre a retórica e as mensagens publicitárias, conjugando retórica, argumentação e cultura, por um lado, e mensagem publicitária, marca comercial e cultura de massas, por outro.

Assumindo, entretanto, à partida o elo entre sociabilidade, retórica e argumentação, Regina Marques realça a importância da razoabilidade patémica das práticas discursivas na sua articulação com o exercício da cidadania. Subjaz ao seu texto a ideia de que a sociedade é atravessada por conflitos e de que a retórica surge como o modo intrinsecamente democrático de com eles lidar, mantendo sempre em aberto a presença do pluralismo e permitindo a intervenção social dos indivíduos através de tomadas de posição que vão ao encontro da sua sensibilidade e que simultaneamente conferem força e paixão à sua participação nos processos de transformação social. Neste sentido advoga que a racionalidade retórico-argumentativa não exclui nem é incompatível com o plano das emoções. Perspectivada do ponto de vista cívico e inserida nas dinâmicas de transformação social que fazem do discurso uma alternativa à violência, a argumentação é neste artigo tematizada como acção comunicativa persuasiva sobre um tecido humano que, não podendo descartar a problematicidade, a incerteza e a contingência, suscita, contudo, tomadas de posição, de decisão e de intervenção. E a racionalidade retórico-argumentativa é o espelho dessa dinâmica, onde o contraditório, mais do que poder de ser teoricamente resolvido, se revela como força de acção e de intervenção sobre tensões sociais e um modo da sua transformação. A ligação entre retórica e política encontra aqui o seu cruzamento na noção de cidadania. No entanto, numa sociedade massificada e de informação, os *media* colocam também as questões da retórica mediatizada, das diferentes formas de persuasão no quadro dos seus efeitos cognitivos e dos limites éticos. A questão geral que aqui se levanta é a de saber se a mediatização da retórica não põe em perigo, pela via da instrumentalização, as prerrogativas deliberativas das comunidades e o próprio sentido da responsabilidade individual. Neste ponto, Regina Marques assume que, apesar dos perigos reais que existem, o registo retórico, enquanto «metodologia aberta e descompartmentada», continuará a ser o lugar de resistência onde o sujeito de razão e de paixão pode preservar o seu desempenho social.

A questão da emergência das novas tecnologias de comunicação e da mediação por computador das interações discursivas está no cerne das análises propostas por Ruth Amossy, a propósito dos fóruns em linha, disponibilizados pelos jornais. O caso concreto analisado pela teórica da argumentação no discurso é o da controvérsia no ciberespaço a respeito das opções de subscrição de acções e bónus em tempos de crise (Março 2009), tal como ocorreu no fórum de discussão disponibilizado pelo jornal francês *Libération*. As conclusões que a autora tenta demonstrar – para além da ideia de que os efeitos da «conversacionalização», associados à comunicação mediada por computador, incentivam à argumentação e do facto de a articulação entre o espaço público e o espaço privado levada a cabo nesse fórum proporcionar uma forma de debate cidadão – são duas: por um lado, a emergência da polémica deve-se ao surgimento de uma oposição entre a expressão de uma opinião pessoal e a lógica que identifica os fóruns como uma comunidade; por outro, que dadas as características da mediação tecnológica, que possibilitam a conjugação de uma forte subjectivação do discurso com o seu anonimato, a interacção aí produzida combina elementos de argumentação raciocinada com aspectos emotivos característicos das querelas pessoais.

Colocando-se do ponto de vista dos efeitos sociais da persuasão e partindo de uma estreita aliança entre retórica e democracia, Paulo Serra propõe uma reflexão sobre o que distingue a retórica e a propaganda enquanto estratégias de persuasão, antagonizando a última com a primeira. Assim, se a persuasão retórica se liga ao funcionamento da própria democracia e fomenta a argumentação, o questionamento e o contraditório, já a propaganda apresenta-se como um modo de persuasão cujo ideal é o de fazer aderir sem argumentação, trazendo respostas feitas, de modo a evitar questões ou vias alternativas. Em consequência, se a ambas é comum a utilização de estratégias de influência, o facto é que a retórica é correlativa da crítica pelo debate, enquanto a propaganda se pauta pela tentativa de um condicionamento instrumental destinado a impor sem propor. Neste sentido, afirma o autor, a propaganda deve ser considerada como «um perigo para a democracia».

Na senda de Perelman é habitual associar a argumentação ao discurso persuasivo. Mas isso corresponde a uma visão retórica da argumentação cujos pressupostos são diferentes, por exemplo, de uma abordagem interaccionista e pragmática. Nesta última, o ângulo de enfoque é colocado na interdependência discursiva (o que pressupõe pelo menos dois argumentadores, a focalização de um assunto em questão, um díptico argumentativo como ponto de partida e uma dinâmica de turnos de palavra através dos quais a argumentação ganha corpo e progride). Se considerarmos estes elementos como descritivamente definidores de uma situação argumentativa – que tem todavia de ser retoricamente criada –, mais do que perguntar se os argumentos das partes envolvidas são ou não persuasivos, importa perceber, antes de mais nada, os efeitos que o discurso de uma parte tem no discurso da outra, e depois, como é que no contexto da interacção emergem os argumentos, de que modo é que determinadas afirmações ou lances adquirem força argumentativa, de que maneira o assunto vai sendo co-construído e em que medida podemos assinalar a existência de conectividade e coordenação entre os discursos dos participantes.

Deste ponto de vista, o registo das competências argumentativas é aquilo que permite compreender que uma interacção comunicativa seja mais do que um diálogo de surdos ou um debate imóvel e que, por si só, uma interacção discursiva não constitui uma argumentação. Importantes são, a este propósito, as representações que as pessoas comuns têm do que significa argumentar. São invocados dois estudos empíricos realizados no contexto da cultura americana e os seus resultados mostram a discrepância que existe entre o ponto de vista dos teóricos e o ponto de vista dos actores sociais comuns no que respeita à ideia de argumentação. Propõe Rui Grácio que, quando nos interrogamos sobre o modo de incrementar as competências argumentativas, temos de começar pelas próprias representações que as pessoas têm do que seja argumentar e que a multilateralidade inerente ao jogo dos discursos e contra-discursos necessita duma literacia retórico-argumentativa que permita estar disponível para os processos de avaliação recíproca que constantemente são postos em jogo no acto de argumentar.

A insustentabilidade de uma perspectiva funcional da argumentação é a tese apresentada por Jean Goodwin. Deve dizer-se que as perspectivas funcionais – de que Douglas Walton é um ilustre representante – assumem que a teorização da argumentação é normativa: ela deve permitir estabelecer regras com base nas quais os argumentos e os lances argumentativos possam ser avaliados. No caso de Walton, a sua teorização é também pragmática e assenta no pressuposto de que os movimentos dialécticos efectuados pelos participantes devem ser avaliados de acordo com a finalidade do tipo de diálogo em que estão inseridos e que são o seu contexto efectivo. Ora, é esta forma de pensar o contexto que é questionada por Jean Goodwin ao defender que o contexto de uma argumentação não está previamente, nem totalmente, formatado por «tipos de diálogo», mas que é construído através da própria interacção e dela vai emergindo. Por essa razão, uma perspectiva normativa da argumentação, que antecipadamente lhe atribui finalidades, e destas deduz regras, passa ao lado daquilo que ocorre nas práticas argumentativas reais. Em contraposição a uma perspectiva funcional, propõe a autora uma abordagem da argumentação em termos de *design*, ou seja, que incide sob a forma como o contexto se vai construindo pouco a pouco (por exemplo, como é que os argumentadores criam ónus um ao outro ou como é que a conversa é desenhada para ter força e suscitar as respostas desejadas). Poder-se-ia dizer que a força dos argumentos não é dissociável das estratégias retóricas com que procuramos enquadrar os assuntos e as situações, fazendo deles um «caso». É inútil procurar normas de argumentação fora das interacções circunstanciadas: o que a dinâmica argumentativa mostra é que o recurso a normatividades é ele mesmo uma estratégia retórico-argumentativa e que os participantes procuram trazer os assuntos em questão para determinados terrenos normativos que lhe são propícios.

É a questão da normatividade e da avaliação das argumentações que leva a distinguir entre argumentos falaciosos e argumentos não falaciosos. A teoria das falácias é um tema recorrente nos teorizadores normativos da argumentação, preocupados com a dimensão crítica e com os critérios de avaliação. Como distinguir um bom de um mau argumento? É para a questão das falácias que Plantin nos propõe um sugestivo enquadramento no seu artigo. Por um lado, e alargando a problemática das falácias do

contexto mais restrito do discurso lógico-científico para o horizonte cultural da crítica da linguagem tal como ela foi desenvolvida no discurso religioso (pecados da língua) e no discurso antropológico (crítica às formas de falar), o autor mostra que a questão das falácias está longe de poder ser considerada como um problema de lógica. Assinala, por outro, que a questão das falácias não é sequer inerente ao campo da argumentação e que muitas teorizações (Grize, Perelman, Ducrot e Toulmin) não são teorias críticas da argumentação, pelo que nelas o problema nem se coloca. Sublinha, finalmente, que sendo a questão crítica um aspecto importante, uma vez que na realidade a actividade de avaliar é indissociável da argumentação, será mais adequado considerar a acusação de falácia como uma estratégia argumentativa de refutação, e não como uma perícia meta-argumentativa. Esta posição é enquadrada no seu modelo dialogal da argumentação, cujo objectivo é o de ver como é que se organizam as interacções argumentativas e como é que nelas funciona a actividade crítica entre os discursos. Esta posição de modo nenhum se identifica com a consideração de veredictos de juízes de última instância que fechariam o debate. Em consequência, sugere o autor que «a norma do discurso de um está no discurso do outro» e, nesse sentido, o mais consonante é perspectivar metodologicamente a teoria da argumentação a partir do princípio normativo liberal: «deixem falar».